

**María Esperanza Barrios: a voz insurgente da mulher negra no jornalismo uruguaio
(1912-1917)**

Gabriela Maria Chabatura¹
PPGIELA/UNILA, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.59842/16.1.2>

Recibido: 25/03/2023

Aceptado: 28/05/2023

Resumo: Este artigo apresenta uma análise da produção jornalística de Maria Esperanza Barrios para os periódicos *La Verdad*, de Montevideu, e *Nuestra Raza*, de San Carlos, no contexto da imprensa negra pós-abolição. Este estudo utiliza a categoria de *Amefricanidade*, apresentada pela intelectual brasileira Lélia Gonzalez, como referencial teórico para justificar a importância da reconstrução da memória. A metodologia adotada deste trabalho está ancorada na pesquisa documental e análise de conteúdo, nas quais foram possíveis detectar os gêneros jornalísticos dos escritos deixados pela jornalista, bem como a sua preocupação pelo desenvolvimento do seu povo.

Palavras-chave: Mulher negra. Uruguai. Jornalismo. Nuestra Raza. Maria Esperanza Barrios.

Abstract: This article presents an analysis of the journalistic production of Maria Esperanza Barrios for the periodicals *La Verdad*, of Montevideo, and *Nuestra Raza*, of San Carlos, in the context of the post-abolition press. This study uses the category of *Amefricanidade*, presented by Brazilian intellectual Lélia Gonzalez, as a theoretical reference to justify the importance of memory reconstruction. The methodology adopted in this work is anchored in documentary research and content analysis, in which it was possible to detect the journalistic genres of the writings left by the journalist, as well as her concern for the development of black people.

Key words: Black woman. Uruguay. Journalism. Nuestra Raza. Maria Esperanza Barrios.

Resumen: Este artículo presenta un análisis de la producción periodística de María Esperanza Barrios para los periódicos *La Verdad*, de Montevideo, y *Nuestra Raza*, de San Carlos, en el contexto de la prensa negra post-abolición. Este estudio utiliza la categoría de *Amefricanidad*, presentada Lélia Gonzalez, como referencia teórica para justificar la importancia de la reconstrucción de la memoria. La metodología adoptada está anclada en la investigación documental y en el análisis de contenido, donde fue posible detectar los géneros periodísticos de los escritos dejados por la periodista, así como su preocupación por el desarrollo de su pueblo.

Palabras clave: Mujer negra. Uruguay. Periodismo. Nuestra Raza. María Esperanza Barrios.

¹ Mestranda em “Estudos Latinoamericanos” (PPGIELA/UNILA), onde pesquisa a categoria político-cultural de *Amefricanidade*, de Lélia Gonzalez, como um caminho (re)ontológico para pessoas miscigenadas no Brasil, sob orientação da doutora Angela Maria de Souza. É pós-graduada em “Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais”, pela USP (Universidade de São Paulo) e membro do Núcleo de Estudos Afro Latino-americanos (Neala). Especialista em “Administração e Marketing Esportivo” pela Estácio de Sá e bacharel em “Jornalismo” pela FIAM-FAAM.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8339323071757280>

Introdução

Repensar a história da América Latina e reclamar o protagonismo de sua formação e desenvolvimento às pessoas negras exigem um engenhoso processo de deslocamento do Ocidente da centralidade e universalidade epistêmica. Em outras palavras, este artigo reivindica uma agência negra (Asante, 2009, apud Njeri; Ribeiro, 2019) de pensamento ao propor uma reconstituição da carreira de Maria Esperanza Barrios (1892-1926), mulher negra, jornalista e defensora dos direitos educacionais e consciência negra no século XX, no Uruguai – um país orgulhoso de sua alcunha de “Suíça Branca da América”.

É importante destacar o período em que ocorreu a atuação de Barrios na imprensa uruguaia para compreender o abalo que ela provocou nas estruturas institucionais uruguaias, ditas como politicamente corretas. Para além dos desdobramentos e impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tratava-se de um momento de grandes levantes negros no mundo, conhecido na história como “Renascimento Africano”, segundo autores afrocêntricos como Molefi Kete Asante e Cheikh Anta Diop. Africanos e descendentes passaram a *sankofar*² para sobreviver ao Estado de *Maafa*³, que se originou a partir do tráfico transatlântico. As primeiras décadas desta fase ficou caracterizada pela efervescência do Harlem Renaissance, nos Estados Unidos, e que reverberou em alguns países africanos e nas Américas. Portanto, pensar esse mesmo tempo sob o espectro de um corpo⁴ negro e feminino em um país como o Uruguai é romper com o imaginário que perdura até os dias atuais de uma nação que exalta a sua branquura quando, na verdade, fora construída e constituída por mãos e sangue de negros e indígenas.

Ao se colocar neste lugar de país puro e caucasiano, o Uruguai se incorpora como um esboço mal delineado do Ocidente, operando em consonância com a máquina de opressão do neocolonialismo. Isto é, numa tentativa de representar forças hegemônicas mundiais, ignora sua latinidade e passa a agir como um grande aliado do Monstro do Genocídio⁵ (Njeri,2020). Por isso, estabelecer Barrios como objeto desta pesquisa urge a necessidade de

² De acordo com a filosofia do povo Akan, que hoje se espalha pelos territórios de Gana e Costa do Marfim, *Sankofa* significa “nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás”. Disponível em: <<https://ceert.org.br/noticias/africa/11650/irin-afrika-a-mensagem-subliminar-esculpida-em-antigos-portoes>>. Aqui aplica-se ao verbo.

³ Refere-se ao termo criado pela doutora Aza Njeri em diálogo com a intelectual Marimba Ani que pode ser traduzido, de maneira sucinta, como o estado contínuo do infortúnio negro que se deu em consequência ao holocausto de povos africanos a partir do descolamento de seu território de África, iniciado pelo tráfico transatlântico.

⁴ Ciente da crítica da nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí sobre o termo “corpo” – ver mais no texto “Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos” – optou-se por utilizá-lo aqui por entender que ele faz parte da cosmovisão na qual este estudo está inserido. Isto é, dentro do contexto de leitura e percepção do Ocidente.

⁵ Termo criado pela autora para se referir aos tentáculos do sistema de opressão do Ocidente cujos alvos são as pessoas negras

reconhecimento desses espasmos insurgentes na Banda Oriental e a interpretação deles como vias de resistência e sobrevivência em uma sociedade negacionista e, por consequência, racista.

Os avanços das pautas progressistas, principalmente nos governos dos presidentes José Batlle y Ordóñez (1856-1929) e José Mujica (1935-), moldaram uma lógica de um Uruguai apartado das desigualdades que assombram os países da América Latina. Na realidade, as disparidades sempre existiram e colocaram (e colocam) os negros e negras do país na base da hierarquia social. A prova disso estão nos últimos resultados dos índices socioeconômicos do país que apontam a população afrodescendente - aproximadamente, 366 mil de uma população total de 3,5 milhões – como a mais pobre, periférica (vive em zonas afastadas do centro) e, portanto, propensa às situações de vulnerabilidade, segundo o censo do Instituto Nacional de Estatística do Uruguai de 2011. Um dado apresentado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (Uruguay, 2020)⁶, também evidencia que três a cada dez residentes em vias públicas de Montevideú, capital do país, são negros – em um total de 2553 pessoas em 2020, um acréscimo de 23,3% em comparação ao ano anterior. Se aplicado o recorte de gênero, as mulheres negras são as que sofrem para conseguir empregos formais (mais que homens negros e mulheres brancas) e, quando os possui, ocupa atividades subalternas – como afazeres domésticos e limpeza em geral.

Assim é fácil presumir o tamanho dos obstáculos para conseguir acessar o nome e a história de Maria Esperanza Barrios. Esse trabalho, inclusive, é fruto da dificuldade em encontrar obras com a temática étnico-racial no Uruguai. Estima-se que, apenas em Montevideú, existam 60 livrarias e sebos – grande parte delas localizadas no centro da cidade. Porém, o esforço se torna penoso quando o objetivo é comprar um título que conte a história de afro-uruguayos. No máximo, um título por encomenda que, se você estiver de passagem, não conseguirá comprar. Esse tipo de experiência demonstra a importância desta pesquisa, que nasce com a ambição de fornecer uma pequena contribuição às produções acadêmicas e oferecer uma possibilidade de negros e negras se enxergarem dentro da história deste país através da conservação da memória e das narrativas de seus ancestrais.

Ainda pouco se conhece sobre Barrios, e até mesmo o ano de sua morte não há consenso entre os poucos que se desafiaram a falar dela. Por esse motivo, para poder contar quem foi essa mulher, esta pesquisa utilizou como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental e análise de conteúdo dos artigos publicados por ela, levando em consideração a

⁶ Levantamento disponível em: <<https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/sites/ministerio-desarrollo-social/files/2020-07/Presentacion%20Calle%202020.pdf>>

coleta de dados tais como: jornal, editoria, tipo de texto, assinatura – além de comentários feitos por colegas jornalistas nos periódicos – *La Verdad* e *Nuestra Raza* - que permitem dar uma dimensão sobre a autenticidade, imagem e identidade desta jornalista.

Para a construção teórica deste trabalho, optou-se por adotar a pluriperspectiva da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (1935-1994) através da categoria político-cultural de *Amefricanidade*. Ela é a pedra angular deste trabalho, uma vez que a autora entende uma confluência entre pessoas negras na América Latina a partir das próprias experiências de sobrevivência e resistência após o tráfico transatlântico, colonização e racismo. Ou seja, a intelectual reafirmará a existência de uma Amefrica Ladina cujas similaridades de seu povo provém de africanos e ameríndios. Portanto, Gonzalez pensa uma unidade a partir das dinâmicas de uma herança multicultural e multirracial.

Para a compreensão da imprensa e sociedade uruguaia durante o século XX, recorre-se à pesquisa bibliográfica de intelectuais que se destacam pelos trabalhos que contribuíram para o avanço do debate racial na região do Mar da Plata. É importante salientar que esses materiais ainda são produzidos por pessoas brancas e isso demanda um olhar atento do investigador. Um desses casos se encontra na obra produzida por Ema Isola, denominada *La Esclavitud em el Uruguay: desde sus comienzos hasta su extinción (1747-1852)*, em 1975. Em vários momentos, ela afirma que a escravidão no Uruguai foi mais branda em comparação aos outros países colonizados – o que já se sabe ser uma grande falácia, porque é imensurável (e irreparável a dívida deixada por) tamanha crueldade sofrida pelas pessoas que foram arrancadas de suas terras. Isola tenta relativizar a escravidão com a justificativa de que, séculos antes de ela acontecer com os europeus, era praticada no continente africano – outro grande equívoco, já que a cor de pele não determinava o regime de servidão que existia entre povos antigos de África. Portanto, em nada se relacionam.

O contexto histórico deste artigo auxiliará o entendimento das nuances do processo de colonização espanhola no território da Banda Oriental e como ela impactou as dinâmicas da sociedade uruguaia. Por isso, o trabalho traça um fio condutor desde a ocupação da América do Sul pelos Charrúas até o fim da escravidão. Neste ponto, são apresentados os negros como protagonistas de lutas emancipatórias e avanços econômicos da Banda Oriental. Este é o momento que a fantasiosa nação branca começa a ser desconstruída.

1. Amefricanidade: uma unidade político-cultural para os negros na América Latina

Teorizar sobre a América Latina passa, inevitavelmente, por revisitar as pesquisas desenvolvidas pela intelectual Lélia Gonzalez (1935-1994). Mulher negra e ameríndia, a antropóloga brasileira logrou em condensar a própria experiência como acadêmica, ativista e

de corpo racializado em diáspora brasileira nos estudos mais enfáticos e assertivos sobre a formação das Américas a partir do tráfico transatlântico. Sendo assim, esta investigação decide por utilizá-la como eixo suleador⁷ para os caminhos de reconstrução histórica do Uruguai no século XX, que será apresentada adiante.

Para Gonzalez (2018), a América pode ser interpretada em sua totalidade — Sul, Central, Norte e Insular — pelas semelhanças que possui na formação de sociedades multirraciais e multiculturais ocasionadas pelas consequências do comércio ilegal de africanos escravizados e colonização de Portugal e Espanha, países cujas bases de organização social são essencialmente oriundas da estratificação racial. A fim de elucidar este pensamento, a autora discorre, em três diferentes textos⁸, sobre a formação histórica dos dois países e a influência que adquiriram nas relações raciais na luta contra os mouros (negros) na Península Ibérica em 771, e que passaram a ser estratégias hierárquicas dos reinados. Neste tipo de estrutura, de acordo com Da Matta (1984 apud Gonzalez, 2018, p. 311), “onde tudo e todos têm um determinado lugar, não há espaço para a igualdade, especialmente para diferentes grupos étnicos, como os mouros e judeus, sujeitos ao violento controle social e político”.

Ao refletir sobre essa interdisciplinaridade na América Latina, Lélia Gonzalez realizou valiosa contribuição epistemológica ao sofisticar a análise dos psicanalistas Magno Machado Dias e Betty Milan, que afirmavam a existência de uma América Africana na América Latina devido ao arcabouço cultural brasileiro constituído pelo batuque, Carnaval e oralidade. Assim, a intelectual negra desenvolveu a categoria política-cultural da Amefricanidade, que pode ser apreendida e unificada como a experiência comum dos descendentes de africanos e que, no longo processo de resistência, remete à construção de toda uma identidade étnica (Gonzalez, 2018).

A Amefricanidade possibilita ultrapassar limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para melhor entendimento dessa parte do mundo onde ela se manifesta (Gonzalez, 2018). Nesta dimensão, são encontradas similaridades que auxiliam a compreensão de fatores como as lógicas de dominação e superioridade brancas, racismos, democracia racial, política de branqueamento, idioma, tambores e religiões existentes nos países deste grupo ao longo da história.

⁷ Contraposição ao termo “nortear”. Intenção de realizar uma nova leitura do mundo a partir da ótica do Sul, contrapondo a lógica dominante eurocêntrica. Esse termo também foi utilizado por Paulo Freire em sua obra “Pedagogia do Oprimido”.

⁸ São eles: “Por um feminismo afrolatinoamericano”, “A categoria político-cultural da Amefricanidade” e “Nanny”. Consultá-los na referência bibliográfica indicada “Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras”. Um compilado de textos, incluído os mencionados aqui, foram organizados nesta coletânea da Diáspora Africana nesta obra.

Acerca do racismo, Lélia Gonzalez defende que as sociedades de origem latina são interpeladas pelo racismo disfarçado, também chamado de racismo por denegação. Isto é, cria-se o imaginário de harmonia racial ao mesmo tempo que se fortalece a lógica de miscigenação para o branqueamento da população – limpar o sangue, negar a própria raça. Quando se refere especificamente sobre o Uruguai, esse fenômeno pode ser lido ao que socióloga uruguaia Mônica Olaza (2012) chamou de racismo “à uruguaia” – uma discriminação sutil e encrustada na vida cotidiana da sociedade uruguaia.

A inserção de africanos nestes espaços também interferiu na maneira de comunicar e, por isso, os idiomas dos colonizadores – espanhol, inglês, português e francês – sofreram modificações. No Brasil, Gonzalez defende a existência do “pretuguês” como a “marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de pretos e de crioulos, os nascidos no Brasil), e facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha (Gonzalez, 2018). No caso do Uruguai, Magdalena Coll (2010) realiza uma pesquisa minuciosa sobre a fala dos escravizados africanos e corrobora com este raciocínio ao apresentar um variado léxico de origem africana, apesar da rápida desaparecimento dessas línguas no Rio da Prata. Segundo os apontamentos de Ildefonso Pereda Valdés (1965, apud Coll; 2010, p. 121), existem – ao menos – 40 termos de origem africana na fala rio-platense devido à forte influência da língua quimbundo (mbunda), trazida pelos escravizados das culturas sudanesas e banto.

Outro aspecto interessante nas análises de Gonzalez é a utilização da terminologia “ladina” ao invés de “latina” para se referir à América Latina e/ou América Ladina. A autora entende que há uma inexistência da latinidade nos povos da América e que, portanto, a troca de consoantes seria a mais adequada para enfatizar a origem e descendência africana desta região do continente. Na língua espanhola, durante o período colonial, essa expressão já era utilizada – de forma pejorativa – para se referir aos negros nascidos em África e adaptados ao lugar e ao idioma (Isola, 1975) após o sequestro. Assim, reconhecer a existência dessa Amefricanidade é criar consciência sobre a experiência e mecanismos de resistências que os africanos desenvolveram nas Américas, sem nunca abandonar os laços com a sua terra, seja através das manifestações culturais, revoltas, quilombos ou *cimarrones*. Essas forças serão percebidas com maior lucidez no tópico seguinte ao conhecer, sob um novo olhar (que não é do colonizador), partes importantes de uma história que se “esqueceram” de contar.

2. A formação do Uruguai: um país construído por mãos não-brancas

Apresentar a formação do Uruguai exige que o pesquisador retorne alguns séculos para compreender como a Banda Oriental – o país era chamado desta forma na época colonial – foi um território de intensa disputa entre os europeus. Com localização estratégica para a saída da bacia do Rio da Prata, uma das maiores do mundo, aquele pequeno pedaço de terra logo se tornou importante acesso para o comércio de africanos escravizados. “Detalhe” esquecido pelos registros oficiais que, de maneira estratégica, preferiam exaltar a brancura da “Suíça na América”. Orgulhoso de seu passado europeu, o Uruguai atribuía os avanços democráticos e socioeconômicos ao fato de ser uma nação branca, caucasiana. O escritor Horacio Araujo Villagran (1929; apud Andrews, 2011, p. 18), por exemplo, afirmava que a superioridade do país em comparação às outras nações da América era por possuir “raça branca em sua totalidade” e, logo, “um tipo nacional ativo, nobre, franco, hospitaleiro, inteligente, forte e valente”.

Diversos estudos dão conta que Cristóvão Colombo chegou atrasado para o “descobrimento” das Américas, e as presenças dos indígenas Charrúas (minuanes, guenonas e arochanes) ali comprovavam isso. John G. Jackson (2020) vai além e sustenta a existência de uma ilha no Oceano Atlântico, conhecida pelos povos antigos como Atlântida. Antes de submergir e desaparecer, ela teria sido colonizada pelos kemetyu⁹ - provocando também uma mistura étnica no “Novo Mundo”.

O continente sul-americano, por sua vez, começou a ser colonizado em 1528 pelo Império Espanhol, apenas um ano depois do genovês Sebastián Caboto (ele estava no comando das expedições espanholas) fincar o forte de San Salvador na foz do rio Solís, o primeiro assentamento espanhol na Banda Oriental. Em 1542, após o assassinato do dominador Francisco Pizarro, a coroa espanhola decidiu criar uma divisão administrativa para controlar a região, chamada de Vice-Reino do Peru. Apesar da escassez de metais valiosos, o governador Hernando Arias Saavedra considerou aquelas terras férteis para a criação de vacas e, em 1611, instalou as “Vaquerías del Mar”. Tamanha utilidade despertou a atenção dos portugueses que, em 1680, violaram o Tratado de Tordesilhas e passaram a ocupar a cidade de Colônia do Sacramento, localizada à frente de Buenos Aires – outro importante ponto da rota para o sistema escravista.

Com a monarquia e a economia do império em decadência, o Tratado de Utrech, firmado em 1713, abriu as portas da região rio-platense para a entrada de escravizados

⁹ Assim eram chamados os povos do Antigo Egito.

africanos por meio das embarcações inglesas, já que desde 1480, com o pacto de divisão do oceano, a Espanha era impedida de transportá-los diretamente das costas africanas (Isola, 1975). O destino daqueles que suportavam às viagens insalubres dos negreiros eram mandados para a região onde se fundou Montevideú, em 1724, para assumir tarefas agropecuárias.

Em 1738, o Cabildo de Montevideú pediu autorização ao rei Filipe V para dispor de três barcos para adquirir escravizados no Brasil em troca de gordura, carne seca e farinha (Isola, 1975). Três anos depois, a cidade registrou – pela primeira vez – a chegada de uma embarcação negreira com centenas de aprisionados, registrada no nome de Thomas Navarro e oriunda das costas de Guiné (Klein, 2016). Não demorou para que se tornasse soberana nas rotas marítimas, sobretudo, em virtude do real ofício expedido no dia 7 de outubro de 1778 que tornara o porto de Montevideú o único do Rio da Prata.

A pesar de que las Leyes de Indias prohibían la penetración de extranjeros en América, en Montevideo dichas leyes no tuvieron una aplicación estricta. Incluso se puede decir que Montevideo fue una excepción dentro de las ciudades coloniales, ya porque dichas disposiciones fueran cayendo en desuso, ya porque se interpretara que lo prohibido fuera el comercio con extranjeros y no la incorporación de ellos a la sociedad colonial, siempre y cuando jurasen respeto al rey y a la religión.(Isola, 1975, p. 66).

Esse momento da história colonial do Uruguai é determinante para as relações comerciais e econômicas do país. No mesmo ano de 1778, foi assinado o Tratado de Comércio e Amizade com Portugal – um ano após a retomada de posse de Colônia de Sacramento. O acordo determinou que Portugal deveria ceder as Ilhas de Fernando Po y Annobón a Espanha, enquanto que os comerciantes espanhóis teriam autorização para ter negros, diretamente, nas posses portuguesas no continente africano.

Rapidamente, o monopólio do tráfico de africanos se converteu na atividade mais lucrativa de Montevideú – era também entrada obrigatória dos navios (todos que tinham como destino Buenos Aires e Peru deveriam fazer parada ali para a taxaço). Estima-se que, ao menos, 250.000 escravizados entraram no Rio da Prata entre os anos de 1580 e 1810 (Klein, 2016), sem considerar as estatísticas desconhecidas do tráfico clandestino.

Ao contrário dos apontamentos feitos por Ema Isola (1975) que sugerem uma escravização mais branda no Uruguai e aceitação da subalternidade por parte dos negros, Fernando Klein (2016) contradiz essa visão romantizada do período colonial. Segundo este autor, os castigos eram severos e incluíam esquartejamento, mutilações e queimaduras a homens, mulheres, idosos e crianças.

Também se mostra equivocado o pensamento de que os escravizados aceitavam ser “coisificados”. Além das constantes tentativas de fuga e assassinatos de alguns anos, foram organizadas insurreições durante os anos de 1795, 1801 e 1803, onde “conformaron una espécie de república de los palmares platense”, como observou o cronista Isidoro de María (1968; apud Klein; 2016, p. 78). Os dados exibidos pelo censo de 1805, demonstrados por George Reid Andrews (2011), também ajudam a entender a dificuldade desses sujeitos se livrarem da servidão – já que tinham menos tempo de conseguir a liberdade que os irmãos do México, Rio de Janeiro ou qualquer outra cidade com fundação anterior. Assim, a população da capital uruguaia era de 9.400 pessoas, sendo 3.300 delas africanos ou afro-uruguaio (86% desses eram escravizados).

É importante reconhecer neste estudo que os negros também foram fundamentais para a luta da independência do Uruguai, proclamada em 1825. Embora José Gervasio Artigas seja apontado como herói desta conquista, os negros e indígenas (os poucos que ainda restavam) estiveram na linha de frente destas batalhas, baixo a obrigatoriedade de servir as forças militares. Os mais conhecidos foram o sargento Manuel Antonio Ledesma e o soldado Joaquín Lenzina – escravizado foragido do Brasil e comprado por Artigas.

Em 1842, o Uruguai aboliu o regime de escravidão. Isso, no entanto, não significou a liberdade dos negros (africanos ou afrodescendentes), tampouco a integração deles na sociedade da época. A seguir, serão apresentados como os negros passaram a ocupar os espaços no país e se unirem para fazer ressoar as suas vozes.

3. A presença negra na sociedade uruguaia no século XX

Assim como aconteceu no Brasil, a abolição da escravatura no Uruguai não significou a integração dos negros africanos e descendentes naquela sociedade, tampouco, fez com que eles gozassem da liberdade. De escravos, os negros passaram à condição de soldados (Isola, 1975) do exército para lutar na Guerra Grande (1839-1851), travada entre os partidos branco e colorado. O governo, por meio de um decreto em 1842, estipulou a apresentação e, ainda no fim daquele mesmo ano, não haviam escravos para ocupar a linha de frente daquelas batalhas. Portanto, a realidade do negro após a abolição foi a militarização, chegando a ocupar cargos que eram proibidos no período colonial, e objeto de intenso controle social (Klein, 2016), porque os senhores da Casa Grande – na impossibilidade de receber a compensação econômica prometida pelo governo – mantinham os filhos de ex-escravos na condição de escravidão.

As mulheres negras, por sua vez, continuaram submetidas à escravidão, desempenhando o papel de amas de leite, cozinheiras, lavadeiras e criadas - e acumularam trabalhos para conseguir comprar a própria liberdade e dos seus familiares.

La mujer afro se convierte desde la etapa colonial (aun en situación de esclavitud) en un sostén económico tanto de la familia esclavista, como de su propia familia. Al trabajo que realizaban en la casa que las explotaba le sumaban trabajo externo: lavanderas, pasteleras, planchadoras, traían un ingreso extra que en muchas ocasiones sirvió para comprar la libertad de sus compañeros, de sus hijos e hijas y la suya propia. El Estado uruguayo careció de voluntad para diseñar políticas que garantizaran la educación, el trabajo y los medios necesarios para que aquellas personas que fueron esclavizadas y sus descendientes pudieran acceder a una existencia digna. Contrariamente a lo que podemos suponer como el espíritu de la nueva República, el Estado participó en la perpetuación del concepto o paradigma del “blanco puro y bueno” en contraposición al “negro impuro, ignorante, etc, etc,” impidiendo su participación en la vida nacional con los mismos derechos que el resto de la población. (Luz, 2011, p. 7).

Mas foi por meio da coletividade que os negros encontraram uma possibilidade de sobrevivência e de integração naquela sociedade que não lhes considerava dignos de humanização e ascensão. O ano de 1872, segundo Gustavo Goldman (2019), foi crucial para o desenvolvimento de grupos associativos e clubes políticos compostos exclusivamente por pessoas negras. Na capital uruguaia, por exemplo, surgiram o Club Instrucción, Club Literário, Club Progreso Social e o Club Feminino, este já com pautas feministas, responsáveis pelas organizações de festas, musicais, encontros literários e reuniões. Andrews (2011) aponta que, nas primeiras décadas de 1900, eles se dividiam entre trabalhos formais e informais em fábricas, empresas de transporte, vendedores ambulantes e porteiros, em consequência também ao aumento da mão de obra de imigrantes. Às mulheres negras, se limitavam os trabalhos domésticos. Porém, isso não significa que elas aceitavam aquelas condições e estavam passivas em meio ao *boom* do Renascimento Africano.



Figura 1 - Registro fotográfico do aniversário de Dolores E. de Ferreyra
Fonte: *La Verdad* (1913)

Ainda que as mudanças tenham sido escassas, as mulheres negras, assim como no período colonial, foram fundamentais para o progresso e fortalecimento da raça negra no país. Clementina Silva, por exemplo, foi voz ativa pelo exercício do voto feminino; Iris Cabral organizou o primeiro sindicato de empregadas domésticas; e juntas fundaram o primeiro Comitê Antifascista do Uruguai, às vésperas da Segunda Guerra Mundial (Luz, 2011, p. 5) e, ao lado de Maruja Pereyra, participam do Congresso Nacional de Mulheres, em 1936. São essas mulheres que recorrem à educação como um caminho de abandonar o posto de serviçal e, a partir daí, começam a contribuir na atividade jornalística – o que será exibido com mais detalhes no próximo item deste artigo.

Em termos de espaços geográficos, os negros costumavam a ocupar os bairros localizados ao sul da Nueva Ciudad e Pueblo de Palermo, onde também eram organizados os Candombes, manifestação cultural africana através do ritmo dos tambores e representações dos ancestrais, como o *gramillero*, *escobero* e *mama vieja*. Hoje, esses bairros são nomeados como Bairro Sur e Palermo, ambos conservam a herança africana por meio da cultura, embora muitos redutos e residências ocupados por pessoas negras acabaram demolidos durante a Ditadura Militar, provocando assim o êxodo para regiões mais periféricas de cidade. É importante mencionar que, embora o regime militar tenha alegado falhas estruturais nas

construções, aquelas áreas de localização privilegiada geravam interesses econômicos com o aumento do poder de compra e com grande presença de europeus e seus descendentes entre as décadas de 70 e 80. Posteriormente, já nos anos 2000, movimentos negros tentaram revitalizar prédios desocupados nestes bairros, em parceria com a Intendência de Montevideú, mas o projeto só conseguiu ser retomado e concluído em março de 2021.



Figura 2 – Mapa atual dos bairros de Montevideú, no Uruguai
Fonte: *Mapas de Uruguay* [s.d]

4. Os negros na imprensa uruguaia

Como foi possível notar, as associações, além de operar uma nova ordem social e cultural, foram essenciais para o surgimento de publicações negras no fim do século XIX. No Uruguai, a imprensa surgiu, ainda nos tempos de colônia, durante a invasão inglesa com o bilingue *The Southern Star/La Estrella del Sur*, publicado em inglês e espanhol em 1807, com um conteúdo diversificado, incluindo notícias locais, literatura, editoriais, artigos sobre a política europeia e reprodução da *La Gaceta de Londres* (Ferretjans, 2008). O objetivo do periódico era a difusão dos ideais ingleses para, assim, enfraquecer a coroa espanhola e promover o livre comércio na região. Embora tenha circulado por apenas três meses, especula-se que a primeira aparição de uma mulher na imprensa da Banda Oriental surgiu justamente nesta publicação sob o nome de Maria Theresa, uma poetisa.

Apesar da importância do primeiro periódico para o jornalismo local e para a publicidade, o Uruguai não teve outra publicação até meados de 1810, porque a prensa que rodava o *La Estrella del Sur* foi levada pelos ingleses quando deixaram a região. Outro maquinário como aquele chegou anos depois por causa do pedido feito pelos espanhóis à Carlota Joaquina de Bourbon, irmã de Fernando VII, esposa do rei Dom João VI, e Rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. E, então, surgiu *La Gazeta de Montevideo* com o objetivo enaltecer as relações com a Espanha.

Outro importante veículo que emergiu nesta época foi o *Periódico Oriental*, em 1815, após a dominação e censura dos argentinos (as tropas haviam se apoderado da prensa), para a difusão dos ideais de José Gervasio Artigas (1764-1850) e liberdade de expressão. Depois, muitas outras publicações oficiais, clandestinas e de resistência (Ferretjans, 2008) apareceram na Banda Oriental – incluindo *Gaceta de la Provincia Oriental (1826)*, a primeira pós-independência, rodada na cidade de Canelones – a 50 quilômetros da capital.

Sem a pretensão de esgotar a discussão sobre os jornais criados neste período inicial do século XIX, se faz pertinente aqui um salto no tempo para compreender como o Uruguai teve “a imprensa negra mais ativa da América Latina e, em termos absolutos, a maior depois do Brasil” (Andrews, 2011, p.20-21, tradução nossa). Fase esta que pode ser reinterpretada, recuperando os ensinamentos de Lélia Gonzalez, como o tempo em que o lixo começa a falar (Gonzalez, 2018). Ou seja, aqueles sujeitos minorizados – tratados (e considerados) como lixos – começam a reivindicar a sua existência perante a supremacia da branquitude.

Embora Gonzalez se refira ao contexto da sociedade brasileira, o mesmo padrão de violência pôde ser notado nos demais países da América Latina, incluindo o Uruguai. Foi com esta reivindicação de se sentirem pertencentes e dignos da humanidade que os negros fundaram os seus próprios jornais no país. O primeiro deles foi *La Conservación*, que apareceu em agosto de 1872, durante a efervescência política que clamava por um candidato negro na Câmara dos Representantes e impulsionou a criação de clubes políticos compostos exclusivamente por negros. Administrado por Marcos Padín, Andrés Secco e Agustín García, a primeira edição se apresentava como um “órgão da sociedade de cor”¹⁰ e falava de união e direitos das pessoas negras, além de reservar espaço às produções literárias (crônicas e sonetos) e anúncios sobre atrações públicas e artes. Durou apenas quatro meses, de agosto a novembro.

¹⁰ Edição disponível em:
<<https://www.periodicas.edu.uy/archive/files/f48266704a889c72c001c0c0455e6350.pdf>>

Somente um ano depois, Padín e Seco fundaram também o tabloide semanal *El Progresista*, que apostou nas produções originais, sobretudo, as crônicas (Gortázar, 2006). Durou sete edições: de setembro a outubro daquele ano. Um ciclo curto que não retira a importância das publicações que explicitavam o racismo de uma sociedade branca erudita incomodada com o não-lugar do negro na imprensa uruguaia, como explica Gortázar:

El acceso a la ciudad letrada de estos periodistas negros estuvo signado entonces por la polémica y los ataques desmedidos. Por un lado, la existencia de prejuicios raciales que postulan la imposibilidad de un lector negro. Por el otro, el conflicto ante el modo de representar a la comunidad afro-uruguaya y de cómo ejercer la ciudadanía y la política partidaria. La construcción de un nosotros específico dentro de la comunidad nacional estuvo enmarcada en esta dinámica de rechazo y desconfianza, al que se suma una situación económica desfavorable. (Gortázar, 2006, p. 114-115).

Tantos outros veículos importantes sugeriram na imprensa negra, como *La Regeneración* (1884-1885), *El Periódico* (1889), *La Propaganda* (1893 - 1894) e *La Verdad* (1911-1914). Mas foi com a aparição de *Nuestra Raza*, em 1917, na cidade balneária de San Carlos (Maldonado), que houve uma ruptura e ressignificação relevante no jornalismo negro. Fundado pelos irmãos Ventura (1896-1952), Pilar (1889-1974) e Maria Esperanza Barrios (1892-1926), o jornal passou a atribuir ao termo “negro” um significado positivo (Garcia, 2018), rechaçando o sentido pejorativo designado à palavra desde a sua concepção na Europa mercantilista. Um movimento semelhante ao que se deu nos Estados Unidos e no Brasil.

Nesta primeira fase da publicação (ela aparecerá anos mais tarde na capital), *Nuestra Raza* se preocupou em apresentar aos seus leitores a importância da educação como uma via de ascensão e fuga da pobreza a qual estavam fadados. Em sua análise, o pesquisador Andrews (2011) destaca o papel crucial de Maria Esperanza Barrios nesta luta:

La prensa negra instaba a sus lectores a aprovechar las oportunidades provistas por las escuelas públicas. Sin embargo, el mismo hecho de que estas exhortaciones se repitieran de numero en numero parece indicar que no todas las familias estaban siguiendo esos consejos. En estas paginas aparecen algunos testimonios de lectores que sostenían que la pobreza no les dejaba otra opción que la de mandar a sus hijos a trabajar. Sin dejar de reconocer la realidad de esa pobreza, Maria Esperanza Barrios, una de las fundadoras (junto con sus dos hermanos) de *Nuestra Raza* (1917) insistía en las consecuencias desastrosas de arrancar a esos niños de las escuelas. Hasta la familia mas pobre podía enviar a sus hijos a la escuela aunque fuera por una o dos horas al día, sostenía. No hacerlo implicaba condenarlos a la misma vida de pobreza que habían sufrido sus propios padres. (Andrews, 2011, p.64).

Assim como Barrios, as mulheres negras desempenharam um papel edificador na história da imprensa uruguaia. Em 1911, sob o pseudônimo de Margot, uma autora, cuja identidade é desconhecida até os dias de hoje, assinava textos da seção feminina e articulava ideias sobre educação, beleza e estereótipos femininos, sustentando que as “mulheres deveriam fazer cargo de suas próprias vidas e não apenas se preparar para o casamento” (Andrews, 2011, p.73, tradução nossa). Filomena Nacimiento e Dora também escreveram nesta seção como convidadas, além da contribuição da própria Barrios, a partir de julho de 1912, como correspondente na cobertura de eventos sociais.

Mesmo com a morte precoce, Barrios inspirou outras mulheres que, posteriormente, surgiram como colaboradoras na segunda fase de *Nuestra Raza* (1933-1943), quando começou a circular em Montevideú. Segundo Young (2004), Maruja Pereyra, Marília Felina Díaz, María Selva Escalada e Iris Cabral foram vozes pioneiras no feminismo uruguaio ao batalhar pelos direitos civis e equidade nas oportunidades. “Elas expressaram seus sentimentos sobre trabalho, raça, gênero e poder econômico e político negado aos afro-uruguaiois” (Yong, 2004, p. 35, tradução nossa). Em 1936, Iris Cabral (1906-1936) e Maruja Pereyra (1906-?), inclusive, foram eleitas as delegadas do Primeiro Congresso Nacional de Mulheres do Uruguai, realizado em Montevideú, onde debateram soluções e evidenciaram os problemas pelos quais as mulheres negras eram (e são até hoje) interpeladas.

Cabral entrou para a história do país por apresentar a proposta de criação do primeiro sindicato de empregadas domésticas, aprovada pelos congressistas e que se concretizou em 1940 (Ortuño, 2017), sob a denominação de *Agrupación del Servicio Doméstico Pro Jubilación Doctor Solís Vila*. Maruja Pereyra, por sua vez, intensificou a luta após a morte da amiga, em junho de 1936, escrevendo sobre o poder da mulher negra na política no informativo do Partido Autóctono Negro (PAN), este subsidiado pelo grupo *Nuestra Raza*. Em 1937, Pereyra se casou com Pilar Barrios e, logo, fundou a Associação de Empregadas Domésticas de Montevideú.

Deve-se ter em conta nesta análise que, quando *Nuestra Raza* surgiu na capital, o Uruguai atravessava um conturbado momento político devido ao golpe militar dado por José Luis Gabriel Terra Leivas (1931-1938) face ao crescimento do fascismo, além da grave crise econômica devido à redução de exportações dos produtos do agronegócio, como carne e lã. Hoje, a imprensa uruguaia é regulada pela Lei Nº 19307¹¹, decretada em 2014, que prevê a

¹¹ A lei está disponível para consulta em <<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19307-2014>>

proibição de produção e difusão de conteúdo que faça apologia à discriminação e ódio nacional, racial ou religioso.

5. Quem foi Maria Esperanza Barrios?

Voz insurgente do jornalismo negro uruguaio, Maria Esperanza Barrios nasceu no ano em que aconteceram as celebrações de 400 anos do “descobrimento” das Américas. “Governos, organizações civis e clubes sociais somaram-se aos festejos e Montevideú não foi exceção” (Andrews, 2011, p.40, tradução nossa). A cidade organizou um programa repleta de atrações musicais, poesias e discursos com a intenção de enaltecer a quão próspera e democrática era a Suíça das Américas. O que não sabiam, porém, é que naquele mesmo ano uma mulher negra faria história na luta pelos direitos daqueles que foram vítimas da violência e desigualdades provocadas pela herança colonial e escravista.

Em julho de 1912, Barrios publicou o seu primeiro texto no jornal *La Verdad*, de Montevideú, em uma crônica denominada “El éxtesis de una mañana”. Logo, em março de 1913, se tornou correspondente do veículo com a cobertura de eventos sociais em San Carlos, cidade está localizada no departamento de Maldonado onde ela residia, e assumiu a seção de “Pagina Feminina” em algumas das edições.



Figura 3 – Retrato de Maria Esperanza Barrios Fonte: *Nuestra Raza*, (1935)

Com o encerramento das operações de *La Verdad*, Barrios fundou o próprio jornal três anos depois, em 1917, ao lado dos irmãos Ventura e Pilar Barrios. Nascia, então, o *Nuestra*

Raza com o intuito de defender e difundir os interesses da coletividade dos negros na cidade de San Carlos. Além de ser administradora e responsável por coletar assinantes, seguiu escrevendo para as colunas sociais e editoriais e passou a utilizar o pseudônimo “Magnor” naquelas páginas nas quais ela reforçava a importância do letramento de crianças e adultos negros.

Em outubro de 1933, a edição de *Nuestra Raza* publicou a seção “Páginas Inesquecíveis de Maria Esperanza Barrios” (tradução nossa) em memória ao aniversário de sua morte, resgatando um texto publicado em junho de 1917, chamado “Um dever que se impõe” (tradução nossa). Na edição especial de três anos, em agosto de 1935, *Nuestra Raza* relembrou a contribuição de Maria Esperanza para o início do jornal em San Carlos:

Considerada muito eloquente, a jornalista também participou dos eventos sociais da cidade e era uma das principais articuladoras dos coletivos negros. Yong (2004) defende a hipótese de ela ter sido a primeira mulher negra feminista a se pronunciar publicamente sobre temas interseccionais de classe, raça e gênero. Para esta pesquisadora, Barrios abriu o caminho para o ativismo feminino na produção literária e jornalística.

Casou-se com Gumersindo Pedro Zabala, em 1922, e faleceu em 2 de outubro de 1926, em Montevideu (Ortuño, 2017). A causa da morte ainda não foi desvendada.

6. Metodologia

O suporte metodológico desta pesquisa se concentra nas pesquisas documentais ou bibliográficas e na análise de conteúdo. Como explica Gil (2008), a análise documental compreende na coleta de dados “de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos”. Chamada também de pesquisa bibliográfica por Marconi e Lakatos (2003), essa técnica “propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. A escolha por este recurso se mostrou coerente e eficiente para a contextualização histórica do Uruguai, desde a época colonial até os dias de hoje, e encontros de informações dispersas sobre a vida e atuação da jornalista María Esperanza Barrios.

Para viabilizar a análise da produção textual de Barrios nos jornais *La Verdad* e *Nuestra Raza*, como fora proposto neste trabalho, utiliza-se a análise de conteúdo. Isto é, segundo Barelson (1952, apud Gil, 2008, p.152), “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. Ao total, são examinados

21 textos da jornalista, obedecendo as seguintes fases de desenvolvimento: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação. (Gil, 2008).

É importante elucidar que para a escolha dos autores referenciais desta pesquisa se realizou um recorte sobre a temática racial e período compatível aos anos de atuação da protagonista deste estudo. Os anos 2000, sobretudo, são de grande valia porque refere-se ao período em que ocorreu um crescimento no número de pesquisas sobre raça na América Latina, principalmente, na Argentina e no Uruguai. Essas contribuições avançaram nas epistemologias étnico-raciais e são fundamentais para que hoje possam ser comparadas e questionadas as visões que se aproximaram dos naturalistas.

7. Análise da produção jornalística de Maria Esperanza Barrios

Visando compreender a produção textual de Maria Esperanza Barrios, esta pesquisa realizou uma pré-análise das edições digitalizadas dos periódicos *La Verdad* e *Nuestra Raza*, disponibilizadas pela Biblioteca Nacional do Uruguai. Ao total, foram 109 edições compiladas para a exploração de textos assinados pela jornalista, bem como menções à ela que poderiam revelar suas características, preferências e a percepção de outrem sobre a sua presença na imprensa uruguaia. Desta seleção, 21 textos foram analisados, os quais dão início ao processo de análise de conteúdo e contribuem para a extração dos resultados que serão expostos a seguir.

A presente investigação não descarta a existência de outras produções de Maria Esperanza Barrios, tendo em vista que alguns editoriais ou notas como correspondentes não eram assinadas – algumas notícias eram assinaladas à equipe de correspondentes noticiosos, na qual ela fazia parte. Embora haja a comprovação de que a jornalista utilizou o pseudônimo Magnor durante a atividade no jornal *Nuestra Raza*, não está descartada a hipótese de que ela também possa ter utilizado outra forma para assinar os seus textos.

A partir destas considerações, dá-se o início à interpretação dos dados. Os textos foram categorizados em grupos de três gêneros jornalísticos, são eles: (a) informativo (notícia, reportagem, entrevista e documentação), (b) opinião (editorial, artigo de opinião, comentário, coluna, crítica e cartas) e (c) interpretativo (reportagem, entrevista e crônica). Os 21 textos reservados para a análise são classificados de acordo com o quadro a seguir:

INFORMATIVO (A)	OPINIÃO (B)	INTERPRETATIVO (C)
Fiesta Postorgada El viaje a Maldonado En la sociedad Union Carolina. Una hermosa fiesta	En su primer aniversario ¡Progresando!.. A la sociedad Carolina Un deber que se impone Hechos dolorosos: niños que no concurren a la escuela Refutando erros Por buen derrotero Accediendo ¿Reación?	El éxtasis de una mañana El amor maternal Frit ¡Que decepción! Íntima Amor falso A mi madre Amargo despertar La noche aquella

Quadro 1 - Classificação os textos para análise

Fonte: a autora

A partir destas considerações é possível afirmar que, durante a primeira fase da carreira de Barrios para o jornal *La Verdad*, os textos eram feitos para as editorias social, notícias do interior e páginas femininas. Portanto, os gêneros adotados nestas produções eram informativos e interpretativos. Depois, já como co-fundadora de *Nuestra Raza*, ela abandonou o gênero informativo e, com mais espaço no próprio jornal, escreveu artigos de opinião e interpretativos – com grande ênfase às crônicas e críticas.

Nas crônicas de Barrios, ricas em descrições e adjetivos, constatam-se alguns elementos que estiveram presentes durante as duas fases nos jornais, são eles: as descrições da natureza (céu, nuvens e flores), o amor, amor materno, felicidade, tristeza, choro e sofrimento. Nestes escritos, detecta-se a aptidão dela com a arte e a literatura. As poesias, inclusive, estavam presentes na rotina dela – pois as recitava nos eventos sociais da época, em San Carlos. O primeiro artigo, escrito no dia 15 de junho de 1912, e publicado na edição de 5 de julho do mesmo ano, exemplifica esse traço literário:

Hallábame yo extasiada contemplándolas tan alegres y bulliciosas, aquellas nubes, que más bien parecían hermosos ángeles, que extendían sus ambarinas alas dando gracias a Dios por el sublime amor que les prestaba. Me hallaba, como digo, contemplando aquel armonioso conjunto de Naturaleza, cuando pasó por mi mente una idea y me interrogué a mi misma, diciendo: ¿Y no podría ser yo como esas nubes, tan felices y dichosas, que parecen disputarse sus bellezas y alegrías? (BARRIOS, 1912).

Depois, com a transformação em *Nuestra Raza*, Maria Esperanza Barrios adotou uma redação mais opinativa. Passou a externar preocupações que tinha sobre o avanço do povo negro, bem como o seu acesso à educação - tanto de adultos quanto crianças. Embora a crítica sobre a educação básica seja a mais famosa dela¹², publicada na edição do dia 10 de julho de 1917, trata-se de uma respostas às críticas que recebeu em um artigo publicado na edição do mês anterior, no dia 30 de junho de 1917. Nele, ela falava sobre a necessidade de negros e

¹² Este artigo é conhecido e citado pelo historiador estadunidense George Reid Andrews em seu livro “Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos, 1830-2010”.

negras “abandonarem a inteligência obscura” e buscarem instrução formal. Nestas produções, o uso de algumas palavras é comum, como: *raza, nuestra raza, nuestro pueblo, nuestra coledividad*.

Cuantos y cuantos seres de nuestra humilde raza hay, que se encuentran todavía con sus inteligencias a oscuras y que comprendiéndolo así, no tratan de buscar un apoyo sobre la base de la instrucción que tan beneficiosa les sería y les ayudaría a salvar muchos obstáculos en la senda de la vida (...) Y muchos de nosotros dejando os llevar por la corriente fanática del orgullo o porque no quieren que sepan como nosotros permanecemos impassibles ante a esa pobre gente y dejamos que cada día se sucumban más en la obscuridad y la ignorancia (...) (BARRIOS, 1917a).

A resposta foi publicada na edição posterior, na segunda página, sob o título de *Hechos dolorosos: niños que no concurren a la escuela*, onde fez uma *mea culpa* por não ter se referido às crianças no artigo sobre a educação básica e expôs o crescente número de crianças negras que ficavam nas ruas. O texto em questão também recebeu muitas críticas dos leitores na época, pois alegavam que a jornalista havia ignorado as questões sociais e econômicas que limitavam o acesso desses jovens à escola – muitos deles, tiveram de abandonar os livros para ajudar a família a completar a renda básica.

Palabras textuales. Ahora bien: ¿quien es el padre que aún se niega a mandar sus hijos a la escuela? ¿Es posible que por el hecho de que gane algunos reales se le tenga diariamente en la calle con malas compañías y aprendiendo toda clase de vicios? ¿Por qué no los mandan a la escuela a que aprendan allí lo que ellos no pudieron aprender en su adolescencia? ¿O es que creen por ventura que los niños aprenderán en la calle, lo que en esos centros educacionales? A la verdad que apena el alma la indiferencia con que ciertos padres miran a sus hijos al extremo de descuidar de tan lamentable manera su educación. (Barrios, 1917b).

Por fim, esta análise ratifica o protagonismo de Maria Esperanza Barrios na imprensa negra durante as primeiras décadas do século XX, bem como a importância de suas contribuições para a ascensão de negros e negras que permaneceram esquecidos e insensibilizados durante toda a história de formação do Uruguai. Os escritos dela foram fundamentais para fomentar o debate sobre o lugar do sujeito negro naquela sociedade da época e, portanto, romper com a normatividade que o lugar reservado a eles era o da subalternidade.

Considerações finais

Com base no que foi apresentado neste trabalho, pode-se afirmar que Maria Esperanza Barrios, para além de jornalista, foi uma notável e insurgente escritora uruguaia após a

abolição da escravidão, decretada em 1842 naquele país. Navegando pelos gêneros da literatura e das artes, mergulhou na onda do jornalismo negro - que atingia seu ápice naquele período - para erguer a voz pelo seu povo. Não à toa, deu grande importância para a formação da intelectualidade de negros e negras no país – tanto adultos quanto crianças.

Para Barrios, o acesso ao conhecimento era capaz de unir a comunidade negra em prol de um interesse comum: se desvencilhar das trincheiras do silenciamento imposto pela branquitude. “Querem que continuemos impassíveis para sucumbir a obscuridade e ignorância” (tradução nossa), escrevia à época. Ela tinha plena consciência que estava vivendo um momento de despertar, compreendia que a imprensa negra exercia um caminho inédito e de grande barulho no Uruguai. E somente essa movimentação traria resultado na ascensão e reconhecimento dos seus iguais. Ela era o grito de urgência daqueles que estavam condicionados a serem ignorantes. Ignorantes de sua própria identidade e potência.

Estudar Maria Esperanza Barrios nos abre os olhos para conhecer um lado da história, cultura e sociedade uruguaia que ainda não consta nos livros. Ela nos evidencia as inúmeras estratégias de resistências – herdadas dos ancestrais desde o período colonial – para sobreviver em um lugar onde a sua cor de pele determina e limita as suas ações. Ler Maria Esperanza Barrios nos faz (re)pensar o movimento de mulheres (seja categorizadas como feministas, mulheristas, decoloniais ou amefricanas) para compreender o quanto desta circularidade e esforço matriarcal colocam adiante a luta de uma comunidade.

Barrios foi a responsável por fazer circular a edição de *La Verdad* em San Carlos. Foi dela também a ideia de montar, ao lado dos irmãos, o próprio jornal da comunidade carolina. Foi também do esforço físico dela que a diagramação e cada detalhe das colunas do jornal *Nuestra Raza* foram redigidos e impressos. Foram horas a fio dedicadas a uma luta muito maior que ela.

Como fora afirmado anteriormente, Barrios não era a única mulher a se destacar na imprensa negra no Uruguai. Tantas outras levantaram pautas importantes, mas esse trabalho se faz necessário para entender e reivindicar o lugar dela entre essas mesmas mulheres. Este artigo é apenas uma tentativa de resgatar a sua importante contribuição. Maria Esperanza Barrios produziu e esteve à frente de seu tempo com opiniões fortes – até consideradas agressivas – e de liderança. Uma voz insurgente no jornalismo uruguaio.

Referências

Andrews, George Reid. Negros en la nación blanca: historia de los afrouruguayos 1830-2010. Montevideo, Editora Liberia Linardi y Risso, 2011.

Barrios, Maria Esperanza. El éxtasis de una mañana. La Verdad, Montevideo, 5 de jul. de 1912

_____. Un deber que se impone. Nuestra Raza, San Carlos, 30 de jun. de 1917a

_____. Hechos dolorosos. Nuestra Raza, San Carlos, 10 de jul. de 1917b

Bartol, Pablo. Relevamiento de Personas en Situación de Calle en Montevideo: presentación de resultados 31 de julio de 2020. Montevideo, 2020. Disponible em:

<<https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/sites/ministerio-desarrollo-social/files/2020-07/Presentacion%20Calle%202020.pdf>>. Acceso em: 09.ago.2020

Bucheli, Marisa; Cabella, Wanda. Encuesta Nacional de Hogares Ampliada 2006: el perfil demográfico y socioeconómico de la población uruguaya según su ascendencia racial.

Uruguay, INE, s.n. Disponible em:

<https://www.ine.gub.uy/c/document_library/get_file?uuid=0d5d2e5d-898c-49f6-8465-c3a5b606a284&groupId=10181>. Acceso em: 08.ago.2020

Cabella, Wanda; Nathan, Mathías; Tenenbaum, Mariana. Atlas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay: la población afro-uruguaya en el Censo 2011. Disponible em:

<http://www.ine.gub.uy/c/document_library/get_file?uuid=1726c03f-aecd-4c78-b9be-f2c27dafba1d&groupId=10181> Acceso em: 09.ago.2020

Coll, Magdalena. El habla de los esclavos africanos y sus descendientes en Montevideo en los siglos XVIII y XIX: representación y realidad. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2010.

Ferretjans, Daniel Álvarez. Historia de la prensa en el Uruguay: desde la Estrella del Sur a Internet. Montevideo, Fin de Siglo, 2008, p.20-113.

Goldman, Gustavo. Cultura y sociedad afro-rioplatense. Montevideo, Perro Andaluz Ediciones, 2008.

_____. Negros modernos: asociacionismo político, mutual y cultural en el Río de la Plata a fines del siglo XIX. Montevideo, Perro Andaluz Ediciones, 2019.

Gil, Antonio Carlos. Utilização de Documentos. In: Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas, São Paulo, 2008, p. 147-155

Gonzalez, Lélia. Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo, Diáspora Africana, 2018.

Gortázar, Alejandro. La Sociedad de color en el papel: La Conservación y El Progresista. In: Revista Iberoamericana, Montevideú, Vol. LXXII, n.214, 2006, p. 109-123.

Isola, Ema. La esclavitud en el Uruguay: desde sus comienzos hasta su extinción (1743-1852). Montevideo, Comisión Nacional de Homenaje del Sesquicentenario de los Hechos Históricos de 1825, 1975.

Jackson, John G. Etiópia e a origem da civilização. São Paulo, Editora Ananse, 2020.

Klein, Fernando. Nuestro pasado afro. Montevideo, Ediciones B Uruguay, 2016.

Luz, Alejandrina da. Mujeres Afro uruguayas: raíz y sostén de la identidad. Instituto Nacional de las Mujeres. Montevideo, 2011. Disponível em: <http://guiaderecursos.mides.gub.uy/innovaportal/file/19685/1/14_separataafro.pdf>. Acesso em 13.ago.2020

Macchi, Facundo. Sufragistas, sindicalistas y luchadoras: las primeras feministas uruguayas. El Observador, 2020. Disponível em: <www.elobservador.com.uy/nota/sufragistas-sindicalistas-y-luchadoras-las-primeras-feministas-uruguayas-2020385019>. Acesso em: 14.Out.2020

Marconi, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. In: Fundamentos de Metodologia Científica. Editora Atlas, São Paulo, 2003, p. 174-198

Njeri, Aza. Amor: um ato político-poético. In: Ética e Filosofia: gênero, raça e diversidade cultural. SANTOS, Franciele Monique Scopete dos; CORRÊA, Diogo Silva (org.), Porto Alegre, Editora Fi, 2020.

Njeri, Aza; Ribeiro, Katiúscia. Mulherismo africana: práticas na diáspora brasileira. In: Currículo sem fronteiras, v. 19, n. 2, ago. 2019, p.595-608.

Ortuño, Edgardo (org.). Invisibilizados: pensamiento y arte afrouruguayo. Casa de La Cultura Afrouruguayana, Montevideo, Uruguay, 2017. Disponível em: <<https://issuu.com/casaafrouruguay/docs/invisibilizados>>. Acesso em 25.ago.2020

Ortuño, Edgardo. Recuperación del acervo fotográfico del colectivo afrouruguayo; Casa de la Cultura Afrouruguayana. Montevideo, Uruguay, 2017. Disponível em: <https://cdf.montevideo.gub.uy/exposicion/recuperacion-del-acervofotografico-del-colectivo-afrouruguayo-0>. Acesso em: 09.ago.2020

Santucci, Alberto. (s.d). Mapa de Montevideo división en barrios [map], Consultado em: 12-05-2021. Website: <https://mapasdeuruguay.com/mapa-de-montevideo-division-en-barrios/>

Somma, Lúcia Scuro (coord.). Población Afrodescendiente y Desigualdades Étnico-Raciales en Uruguay. Uruguay: PNUD Uruguay, 2008.

Uruguay. Ministerio de Desarrollo Social. Relevamiento de Personas en Situación de Calle en Montevideo. Montevideo, UY, 2020.

Young, Caroll Mills. From Voicelessness to Voice: Womanist Writers of the Black Uruguayan Press. Afro-Hispanic Review, vol. 23, no. 2, 2004, pp. 33–38. JSTOR, Disponível em: <www.jstor.org/stable/23054551>. Acesso em 25 Jan. 2021.